



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1013447-96.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Multas e demais Sanções**
 Requerente: **Gustavo Daniel Tomaz de Aquino**
 Requerido: **DETRAN - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - SÃO PAULO**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação Anulatória de Ato Administrativo, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela, proposta por **GUSTAVO DANIEL TOMAZ DE AQUINO** contra o **DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO - DETRAN**, visando ao reconhecimento da prescrição, para que haja a exclusão e o arquivamento da pontuação de seu prontuário, relativa ao processo administrativo de nº 0000086-3/2015, não tendo sido notificado para o procedimento relativo à suspensão do direito de dirigir.

Foi indeferida a antecipação dos efeitos da tutela (pp. 22/23).

Citado, o requerido apresentou contestação (pp. 29/36). Preliminarmente, alega ilegitimidade de parte. No mérito, sustenta que, como o autor ultrapassou a contagem de 20 (vinte) pontos no período de 12 (doze) meses, instaurou-se processo administrativo para suspensão do direito de dirigir, sendo que somente aplica a penalidade após o esgotamento dos recursos cabíveis, quer pelo decurso do prazo, quer pela rejeição das defesas, tendo adequado seus procedimentos para cumprir integralmente a Resolução CONTRAN 182/05 e não efetuar qualquer bloqueio antes do trânsito em julgado do processo administrativo de suspensão ou cassação e, no caso em comento, não foi demonstrada qualquer irregularidade no processo administrativo. Juntou o documento de fls. 37/38.

Não houve réplica.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Inicialmente, afasto a preliminar de ilegitimidade passiva alegada pelo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

DETRAN-SP, uma vez que na presente ação não há questionamento sobre a validade do processo de imposição de penalidade, mas sim sobre a falta de notificação no processo administrativo de cassação e sobre o prazo prescricional da pretensão punitiva da penalidade do direito de dirigir existindo, portanto, pertinência subjetiva do réu.

No mais, tratando-se de questão exclusivamente de direito, passo ao julgamento do mérito, nos termos do artigo 355, I do Código de Processo Civil.

O pedido é improcedente. O autor foi devidamente notificado da instauração do Processo Administrativo 0000086-3/2015, não tendo ocorrido a alegada prescrição.

A Resolução nº 182, de 09/09/2005, do Conselho Nacional de Trânsito CONTRAN regulamenta o procedimento administrativo para aplicação de penalidades de suspensão do direito de dirigir, estabelecendo as seguintes regras:

"Art. 5º. Para fins de cumprimento do disposto no inciso I do Art. 3º desta Resolução, a data do cometimento da infração deverá ser considerada para estabelecer o período de 12 (doze) meses.

(...)

Art. 7º. Será instaurado processo administrativo para aplicação da penalidade de suspensão do direito de dirigir quando a soma dos pontos relativos às infrações cometidas atingir, no período de doze meses, vinte pontos.

§ 1º. Será instaurado um único processo administrativo para aplicação da penalidade de suspensão do direito de dirigir mesmo que a soma dos pontos referida no caput deste artigo ultrapasse vinte no período de doze meses.

§ 2º. Os pontos relativos às infrações que preveem, de forma específica, a aplicação da penalidade de suspensão do direito de dirigir não serão computados para fins da aplicação da mesma penalidade na forma prevista no inciso I do artigo 3º desta Resolução.

(...)

Art. 22. A pretensão punitiva das penalidades de suspensão do direito de dirigir e cassação de CNH prescreverá em cinco anos, contados a partir da data do cometimento da infração que ensejar a instauração do processo administrativo.

Art. 23. A pretensão executória das penalidades de suspensão do direito de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

dirigir e cassação da CNH prescreve em cinco anos contados a partir da data da notificação para a entrega da CNH, prevista no art. 19 desta Resolução.

Parágrafo único. O prazo prescricional será interrompido com a notificação estabelecida na forma do artigo 10 desta Resolução."

O artigo 22 da Resolução nº 182/2005 do CONTRAN é claro ao informar que a notificação do art. 10 desta mesma resolução interrompe o prazo prescricional. E essa notificação do art. 10 citado não é apenas a notificação para a entrega da CNH, mas sim a notificação da instauração do processo administrativo, entre outros:

Art. 10. A autoridade de trânsito competente para impor as penalidades de que trata esta Resolução deverá expedir notificação ao infrator, contendo no mínimo, os seguintes dados:

- I. a identificação do infrator e do órgão de registro da habilitação;
- II. a finalidade da notificação:
 - a. dar ciência da instauração do processo administrativo;
 - b. estabelecer data do término do prazo para apresentação da defesa;
- III. os fatos e fundamentos legais pertinentes da infração ou das infrações que ensejaram a abertura do processo administrativo, informando sobre cada infração:
 - a. n.º do auto;
 - b. órgão ou entidade que aplicou a penalidade de multa;
 - c. placa do veículo;
 - d. tipificação;
 - e. data, local, hora;
 - f. número de pontos;
- IV. somatória dos pontos, quando for o caso.

§ 1º. A notificação será expedida ao infrator por remessa postal, por meio tecnológico hábil ou por os outros meios que assegurem a sua ciência;

§ 2º. Esgotados todos os meios previstos para notificar do infrator, a notificação dar-se-á por edital, na forma da lei;

§ 3º. A ciência da instauração do processo e da data do término do prazo para apresentação da defesa também poderá se dar no próprio órgão ou entidade de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

trânsito, responsável pelo processo.

§ 4º. Da notificação constará a data do término do prazo para a apresentação da defesa, que não será inferior a quinze dias contados a partir da data da notificação da instauração do processo administrativo.

§ 5º. A notificação devolvida por desatualização do endereço do infrator no RENACH, será considerada válida para todos os efeitos legais.

§ 6º. A notificação a pessoal de missões diplomáticas, de repartições consulares de carreira e de representações de organismos internacionais e de seus integrantes será remetida ao Ministério das Relações Exteriores para as providências cabíveis, passando a correr os prazos a partir do seu conhecimento pelo infrator.

Note-se que o Código de Trânsito Brasileiro não prevê prazo prescricional específico para a cobrança de multas ou aplicação das sanções pertinentes, mas, tendo em vista o ordenamento jurídico e prazos estabelecidos em outros diplomas normativos, notadamente o Decreto nº 20.910/32, pertinente a aplicação do prazo previsto na Resolução nº 182, de 09/09/2005, idêntico ao do Decreto acima mencionado.

Pois bem.

No caso em tela, o processo de suspensão do direito de dirigir do autor teve início a partir de uma infração de trânsito ocorrida em 14/10/2014 (fl. 37), quando extrapolou os 20 pontos e o autor foi devidamente notificado para apresentar defesa prévia no processo administrativo nº 863/2015, em 17/01/2015, conforme aviso de recebimento(AR) nº JQ 494638064 (fl. 37).

Posteriormente, em 19/03/2015, foi o autor notificado para apresentação de recurso à Jari, conforme aviso de recebimento (AR) nº JQ410024152. O Procedimento Administrativo foi julgado, aplicando-se ao condutor a penalidade de três meses de suspensão de dirigir. O trânsito em julgado administrativo se deu em 28/04/2015 (fl. 37), tendo o autor sido notificado para entrega de sua CNH (fl. 21).

Observa-se que o autor, ao contrário do alegado, foi devidamente notificado e é de responsabilidade do condutor manter atualizado seu endereço cadastral, considerando-se eficazes as notificações remetidas no endereço anterior (art. 282 e §1º, CTB).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Não ocorreu a prescrição, já que, como visto, tem o Departamento Estadual de Trânsito-DETRAN o prazo de cinco anos contados da infração que ensejar a instauração do processo administrativo para notificar o autor da instauração do processo e, após a inclusão da penalidade, mais cinco anos para executá-la.

Assim, de qualquer ângulo que se analise o pedido deduzido na inicial, não se encontram razões para o seu acolhimento.

Ante o exposto, julgo **IMPROCEDENTE** o pedido, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil.

Custas processuais e honorários de sucumbência indevidos, nesta fase, nos termos do art. 54 da Lei 9.099/95.

P.I.

São Carlos, 10 de maio de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**